RESUMO EXPANDIDO (PARA ASSOCIADOS AKB) / EXTENDED ABSTRACTS (AKB MEMBERS) - ÁREA 1. DESIGUALDADES: REGIÕES, RENDA, GÊNERO E RAÇA

UMA DECOMPOSIÇÃO PARA O GINI BRASILEIRO ENTRE 2019 E 2025 E O PAPEL DAS PROPORÇÕES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA CONTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO

Fabrício Pitombo Leite (fabricio.leite@ufba.br)

Cassiano José Bezerra Marques Trovão (cassiano.trovao@ufrn.br)

Juliana Bacelar De Araujo (juliana.bacelar@ufrn.br)

Desde a pandemia, os dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) têm mostrado uma oscilação muito grande do rendimento de todos os trabalhos, particularmente no que diz respeito à sua própria razão de concentração, denotando movimentos bruscos na desigualdade dos rendimentos obtidos no mercado de trabalho e contribuindo sobremaneira para o comportamento do coeficiente de Gini no período. Com uma participação não inferior a 72,5% no período, mesmo no vale do ano de 2020 dado pela pandemia, e atingindo um pico de 75,8% em 2025, seria de se esperar que a contribuição desse componente na conformação do índice de Gini fosse muito grande. No entanto, o que se destaca aqui são as contribuições também elevadas para as variações no índice de Gini entre 2019 e 2025, as quais não se deram em virtude de grandes variações na participação desse componente, mas por causa de variações em sua concentração. Seguiu-se aqui a proposta de Hoffmann (2013), que tem o foco específico na decomposição do índice de Gini partindo de Lerman e Yitzhaki

(1985) e encontra aplicação para o Brasil em Hoffmann (2009), considerando nove parcelas do rendimento domiciliar per capita (RDPC). As razões de concentração ponderadas pelas suas respectivas participações na renda resultam, por definição, no coeficiente de Gini para a RDPC, isto é, o coeficiente de Gini pode ser obtido a partir da média ponderada das nove razões de concentração calculadas. Para as contribuições de cada parcela na explicação das mudanças ocorridas no coeficiente de Gini a partir de uma decomposição para dois períodos, seguiu-se Hoffmann (2006; 2019, cap. 9).

A análise precedente, contudo, está sujeita a uma restrição não desprezível: estamos tratando do rendimento de todos os trabalhos como um todo, de modo que estamos implicitamente admitindo, em virtude da constatada regressividade da parcela para todo o período, que pequenos incrementos nos rendimentos de todos os trabalhos levariam a um aumento da desigualdade, sob a hipótese de que a composição desses rendimentos não se modificasse entre as atividades econômicas. O objetivo deste artigo é dar um passo adiante e estimar, inicialmente e com base nos mesmos microdados, doze parcelas distintas para o rendimento de todos os trabalhos (o que nos leva a um total de vinte parcelas a serem decompostas), seguindo a separação por grupamentos de atividades do trabalho principal (VD4010), também calculadas em termos domiciliares per capita. A questão que se coloca é se há mudança qualitativa na análise no caso de procedermos a essa separação, seguindo linha de pesquisa aberta por Leite (2022), mas com foco estrito numa análise de decomposição do índice de Gini a partir dos microdados da PNADC, sem a interação com a análise insumo-produto e a compatibilização com dados de contas nacionais sugeridas naquele trabalho.

Tomemos como exemplo a elevação do índice de Gini observada para o ano de 2025, cujos microdados para o rendimento de todas as fontes foram divulgados no início de maio de 2026. A elevação dos 0,515 calculados em 2024 para os 0,522 observados para 2025, se mantivéssemos a parcela dos rendimentos de todos os trabalhos agregada, encontraria nesta parcela 57,6% de sua explicação, quase que exclusivamente em virtude de um aumento no efeito concentração - ou seja, variação na razão de concentração da parcela entre os dois anos. Isso conformaria uma contribuição de 30,9% do efeito concentração para o aumento do Gini, com os 69,1% restantes se devendo ao efeito

composição, notadamente pela redução da parcela do Bolsa Família no RDPC, de 2,18% para 1,85%, o que contribuiu com 49,5% para o aumento da desigualdade. Ao desagregarmos o rendimento de todos os trabalhos em doze parcelas, entretanto, é a mudança na composição do rendimento do trabalho entre as atividades que passa a explicar a elevação no coeficiente de Gini, marcadamente pela redução da participação da Construção e pelo aumento de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas. Nesse caso, o efeito concentração contribuiria com -31,2%, tensionando para uma redução da desigualdade, enquanto o efeito composição mais do que explicaria a elevação do Gini.

Ao observarmos o mesmo comportamento de mudanças substantivas nas razões de concentração para alguma das doze parcelas entre dois anos quaisquer, nova abertura será realizada visando à identificação de mudanças nas proporções de atividades mais desagregadas que possam estar na raiz da explicação do fenômeno. Esse seria o caso, por exemplo, para Agropecuária e Indústria geral de 2019 para 2020, Construção de 2020 para 2021, Indústria geral, Administração pública e Educação, saúde humana e serviços sociais de 2021 para 2022. Desse modo, conclui-se que uma análise adequada da trajetória do rendimento de todos os trabalhos passa, necessariamente, pela desagregação entre atividades econômicas, o que nos leva a aprofundar a decomposição apresentada por Trovão, Leite e Araujo (2024) desde as mudanças provenientes da pandemia, o que inclui, naturalmente, a consideração do papel dos movimentos de ascensão e queda da proporção dos rendimentos das atividades ligadas à saúde.

Palavras-chave: desigualdade; renda do trabalho; atividades econômicas.